

# Oposição reage ao pacote

As medidas do Governo que redundaram na redução do aumento de salário dos trabalhadores, desconcertaram os partidos oposicionistas, cujos governadores acabavam de fazer uma visita de caráter humanitário ao Presidente Figueiredo. No PMDB, o presidente interino Teotônio Vilela, as considerou "uma bomba para acabar de estuporar a Nação, enquanto o PT se reunia com as lideranças sindicais para articulação de uma reação, o PDT silenciava.

Os poucos deputados peemedebistas que se encontravam ontem em Brasília pareciam mais preocupados em criticar o encontro dos Governadores com Figueiredo, em que viram um "ato gratuito e desnecessário", enquanto Teotônio Vilela preocupava-se em desfazer qualquer associação dos executivos oposicionistas com as medidas tomadas logo após estes terem descido a rampa do Palácio do Planalto.

Na longa apreciação que fez dessas medidas — o PMDB não pode expedir nota por falta de pessoal e material de apoio nessa época de receso — o dirigente peemedebista se disse seriamente preocupado com a repercussão dessas medidas no meio dos trabalhadores, sobretudo em São Paulo, onde havia detectado sinais de intranquilidade e de profunda irritação.

Teotônio está convencido de que as medidas vão provocar inevitavelmente a radicalização no meio sindical, porque, além de serem prejudiciais aos trabalhadores, não deverão funcionar na prática, porque foram adotadas atabalhoada e irresponsavelmente: "jogar na recessão como meio de resolver o problema inflacionário, é como apagar o incêndio com uma mangueira de gasolina".

Teotônio estranhou ainda o fato de "o Governo utilizar o Conselho de Segurança Nacional, o mais alto conselho do país para baixar salário

de trabalhador", ponderando que o CSN só deve ser acionado para questões de alta gravidade, como a guerra, por exemplo. Ele atribui este fato ao que considera "de falta de coragem das autoridades econômicas para assumirem, sozinhas, as medidas nefastas que engendram e à necessidade do Governo em demonstrar que o poder militar ainda está forte e pode esmagar a oposição".

"O Decreto-lei nº 2.045, anunciado à Nação e assinado unilateralmente pelo governo sem qualquer consulta fora das hostes do Palácio do Planalto, é mais um duro golpe contra a maioria quase absoluta dos assalariados brasileiros. Enquanto o Presidente da República e sua comitiva de 27 pessoas partem para uma clínica luxuosa dos Estados Unidos, num total desrespeito aos meios médicos brasileiros e mesmo assim recebendo votos de pleno restabelecimento, ele agradece fulminando mais uma vez os míseros salários da classe trabalhadora, condenando a uma maior privação e miséria milhões de famílias." Assim foi como o senador Henrique Santillo, do PMDB de Goiás, recebeu o pacote do Governo.

"O povo brasileiro não tem nenhuma responsabilidade sobre o caos. A inflação crescente, a dívida externa astronômica, a anarquia e a corrupção praticadas pelos dirigentes que assumiram o poder neste país desde

1964. Por isto, continua Santillo, considero do maior cinismo, da maior falta de respeito humano, as declarações dadas pelo ministro do Trabalho Murilo Macedo." Segundo este Ministro, "o problema não é saber quem sai perdendo e sim quem será o ganhador".

## IVETE PROTESTA

A presidenta e líder do PTB na Câmara, deputada Ivete Vargas, será recebida na próxima segunda-feira pelo presidente Aureliano Chaves, numa audiência providenciada às pressas pelo ministro do Gabinete Civil, Leitão de Abreu.

Ivete teria se considerado "traída" com a decisão do governo de reduzir a taxa de aumento de salários dos trabalhadores, e por não ter sido sequer informada com antecedência, sobre a adoção da medida.

Num telefonema que deu ontem à tarde ao presidente interino do PMDB, Teotônio Vilela, Ivete chegou a dizer que "o acordo PDS-PTB havia sido praticamente denunciado, ou seja, rompido, com as medidas do Governo".

Ela manifestou a esperança contu- do de ver atendidas algumas reivindicações, que não quis enunciar, antes de declarar formalmente rompido o acordo que garante a maioria do Governo e a aprovação automática dos projetos de iniciativa do Executivo pelo decurso de prazo.

A pronta ação do ministro Leitão de Abreu, que providenciou uma audiência com o presidente Aureliano Chaves, poderá amenizar de algum modo a dirigente petebista, ainda que ela esteja disposta a demonstrar seu protesto contra a atitude do Governo de baixar os dois últimos pacotes.